

Carta de Salvador: declaração política pelo direito humano à alimentação adequada e saudável



**Dulce
Terezinha**

Especial para
Diário da Manhã

A carta de Salvador, síntese dos principais resultados, desafios e princípios da segurança alimentar e nutricional foi aprovada na plenária final, pelos participantes da 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Salvador.

A declaração política da 4ª Conferência foi aclamada por unanimidade por mais de 2 mil pessoas, entre delegados estaduais e convidados brasileiros e estrangeiros (da América Latina, África e Ásia) que proclamaram "a alimentação adequada e saudável como direito humano fundamental e universal de todos e todas e como obrigação do Estado, e a soberania e a segurança

alimentar e nutricional como eixo estratégico do desenvolvimento socioeconômico do País".

A riqueza da diversidade se refletiu durante todo o período da Conferência (7 a 10 de novembro), que congregou a diversidade em torno de uma unanimidade: a afirmação unânime de que o direito humano à alimentação adequada e saudável é incontestavelmente um direito de todas e de todos os brasileiros.

A década de 1990 assinala o surgimento das primeiras discussões sobre a segurança alimentar e nutricional, envolvendo organizações sociais e governamentais e aos poucos, o direito humano à alimentação adequada foi sendo incluído nas agendas.

O tema foi paulatinamente conquistando espaços nos debates e elaborações de propostas. Foram sendo criadas organizações e instâncias, comissões ou setores no interior de instituições e conselhos.

Os debates realizados no Conse-

lho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consean) e em diversos outros espaços sociais culminaram com a aprovação em 2006 da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Losan), que incorpora, à legislação brasileira, tanto o direito humano à alimentação adequada quanto a soberania alimentar. Em 2010 o Congresso Nacional aprovou e promulgou a Emenda Constitucional nº 64, que inclui o direito à alimentação entre os direitos sociais fundamentais consagrados no artigo 6º da Constituição Federal.

Tais antecedentes, levaram a definição da "alimentação adequada e saudável: direito de todos" como o tema desta 4ª Conferência Nacional. Todas as conferências municipais, regionais, territoriais, estaduais e a nacional discutiram e debateram amplamente os avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do direito humano à alimentação ade-

quada e saudável, processo que envolveu 75 mil pessoas.

A carta de Salvador defende que os 7 bilhões de habitantes do planeta têm direito à alimentação adequada e saudável todos os dias e a proteção contra a fome e outras formas de insegurança alimentar e nutricional.

Aponta a necessidade de concretizar o direito à terra, por meio da reforma agrária, e o acesso à terra e aos recursos naturais pelos povos e comunidades tradicionais.

Afirma também que a atuação de grandes empresas, a monocultura com uso intensivo de agrotóxicos e a utilização de transgênicos gera efeitos evidentes na perda da soberania alimentar e contribui para a obesidade e outras doenças crônicas: "É indispensável estruturar uma política para reduzir progressivamente o uso de agrotóxicos e banir imediatamente o uso dos que já foram proibidos em outros países e que apresentam graves riscos à saúde humana e ao ambi-

ente, com o fim de subsídios fiscais."

A diversidade de situações nos municípios é assinalada, junto a uma recomendação por mobilização e capacitação para disseminar os princípios da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e da garantia dos direitos alimentares, de modo a consolidar o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

O cumprimento por parte de Goiás das recomendações dessa carta indica a necessidade do Estado aderir ao Sisan e para tal é preciso a aprovação da Losan estadual cuja minuta está em tramitação.

Que os poderes Executivo e Legislativo de Goiás, junto com a sociedade civil, se articulem a fim que a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável faça parte das agendas de governo e da realidade do povo goiano.

(Dulce Terezinha Oliveira da Cunha, presidenta do Conesan – GO)